



“Só não se esqueçam dos jovens mortos na favela”: das narrativas de Extra e O Globo, reflexões sobre o modo de narrar o crime no jornalismo

Lara Nasi¹

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Resumo: Este artigo é um recorte da tese de doutorado *Crime no cartão postal? Narrativas sobre punição e injustiça em O Globo e Extra*. Ao observar como o tempo é configurado no jornalismo, analisamos as narrativas produzidas por O Globo e Extra sobre uma morte violenta no Rio de Janeiro, em que a vítima foi um médico e as principais suspeitas recaíram sobre um adolescente negro, quando o Congresso Nacional discutia redução da maioria penal (2015). Enquanto O Globo projeta a narrativa para o futuro, em torno da punição, Extra busca os antecedentes que teriam levado o suspeito ao “mundo do crime”. Ambos os jornais partem do binômio pobreza-criminalidade. Argumentamos que as lógicas da produção jornalística, centradas na singularidade, desviam o debate sobre Segurança Pública para a comoção pelo medo e busca por punição.

Palavras-chave: Jornalismo; Narrativa; Crime; Juventude; Racismo

1. Introdução

¹ Jornalista na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O artigo é um recorte da tese de doutorado *Crime no cartão postal? Narrativas sobre punição e injustiça em O Globo e Extra*, defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM em julho de 2019, sob orientação da professora Márcia Franz Amaral. E-mail: nasi.lara@gmail.com

Uma bicicleta. Uma facada. Uma morte. Um ponto turístico. Uma discussão legislativa nacional. Outras estaduais. E a teia vai muito além, no encadeamento causal proposto na narrativa. Neste artigo, discutimos as narrativas jornalísticas configuradas pelos jornais Extra e O Globo, do mesmo grupo editorial, quando da abordagem violenta em um assalto de bicicleta que levou à morte de um médico ciclista na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, de antemão descritas por ambos os jornais e outras mídias informativas como um “cartão postal”. Essas narrativas perduram de modo intenso por pelo menos dois meses nos jornais e o acontecimento foi objeto de textos nessas mídias informativas até três anos depois.

Ocorrido no cair da noite de 19 de maio de 2015, foi descrito como “mais um esfaqueamento na Lagoa” em ambos os jornais que, ao chegarem às bancas na manhã de 20 de maio daquele ano, não continham nem a identificação da vítima (que teve sua carteira furtada na abordagem) e nem a notícia de sua morte, ocorrida na madrugada. Será em 21 de maio, depois da comoção manifesta nas redes de internet, ou nas matérias no rádio, na TV, na internet, que os jornais abordarão a morte do médico, com nome e sobrenome: Jaime Gold. Extra fez um movimento discursivo ousado em sua capa: comparou a morte do médico com a de dois meninos, vítimas letais da polícia, que o próprio jornal já havia noticiado no dia anterior, pedindo aos leitores que deles não se esquecessem, na onda de comoção pela morte na Lagoa. À manchete “Só não se esqueçam de Gilson e Wanderson”, seguia-se o texto: “Como em qualquer lugar do mundo, crimes em pontos turísticos têm maior repercussão. Mas, no Dendê, mães choram mortes de seus filhos em ação da polícia e esperam que caso não caia no esquecimento” (SÓ NÃO, 2015, p. 1).

No mesmo dia em que Extra e O Globo circulam suas edições cujas capas destacam o caso da morte do médico, às 6h da manhã um adolescente negro, de 16 anos é apreendido em sua casa, na comunidade de Manguinhos, bem distante do “cartão-postal”, como suspeito pelo ato infracional por ter sido reconhecido, por foto, por uma testemunha. Ele nega participação no ato. Posteriormente, será foco das narrativas uma série de inconsistências e contradições ligadas ao caso, como a aparição de outros suspeitos que o inocentam, mas ele, por fim, é denunciado pelo Ministério Público como

responsável pelo ato infracional, e assim é julgado pela Justiça e cumpre três anos de medida socioeducativa.

Neste entremeio, foram aprovados pelo Congresso Nacional dois projetos que propunham modificações na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente, para reduzir a maioria penal ou para aumentar o tempo de internação de adolescentes no cumprimento de medida socioeducativa. O primeiro, a PEC 171/93 foi aprovada pela Câmara em 1º de julho de 2015. O Senado, por sua vez, aprovou o projeto de lei 333/2015 para aumentar o tempo de internação em 14 de julho daquele ano.

Esses não foram os únicos projetos que se entrelaçaram com a narrativa, seja pela temporalidade, seja pelo encontro da discussão política com a agenda midiática: na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), foi aprovado um projeto para tipificação do furto e roubo de bicicletas (Lei 7026/2015) e outro para definição de multa por porte de arma branca (Lei 7031/2015), ambos em junho de 2015.

Pela série de eventos relacionados ao ato de desferir a facada que inaugura a história tal como foi contada, compreendemos a morte do médico como um acontecimento, que se liga a outros, inclusive ao macroacontecimento redução da maioria penal. E observamos como o tempo é articulado nas narrativas, o que aponta para uma limitação da produção jornalística sobre segurança pública a partir da singularidade.

As narrativas colocam uma série de dualidades em pauta, seja a espacialidade (favela e “cartão postal”, zona norte e zona sul), cor (vítima branca, suspeito negro), classe (médico de classe média, menino da periferia), revelando, em vários momentos, um distanciamento entre “nós” e “eles” no diálogo com os públicos presumidos de publicações do mesmo grupo editorial². Há ainda, de modo evidente, a busca por punição/controlar de jovens que são identificados como bandidos. Neste artigo, embora muitos destes elementos sejam cotejados, nos centraremos nas temporalidades engendradas narrativamente para dotar o acontecimento de sentidos e, assim, partirmos para uma discussão sobre a delimitação temporal do que é notícia quando o tema é segurança pú-

² Enquanto Extra caracteriza seus leitores como majoritariamente da classe C (58%), O Globo identifica 50% dos leitores como classe B e se apresenta como “o jornal preferido dos formadores de opinião”. Essas informações constam da apresentação dos jornais para anunciantes, no site <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosTodos.aspx>

blica no jornalismo. A metodologia adotada é a análise crítica da narrativa (MOTTA, 2013).

2. No tempo refigurado, a morte como notícia

O jornalismo fala de uma determinada temporalidade: o tempo presente, e nos situa no que nos é contemporâneo. Antunes (2014) pontua que “Os fatos, amálgamas de coisas, textos, pessoas, eventos têm temporalidades diversas que são equalizadas no jornalismo” (2014, p. 160). Em perspectiva convergente, Carvalho, em diálogo com o filósofo Paul Ricoeur, lembra que narrar “é articular a armação de uma intriga à temporalidade” (CARVALHO, 2014, p. 126). No caso de um acontecimento recente, é preciso situá-lo no presente, “a partir de interconexões com o passado, com outros acontecimentos que o antecederam ou que ajudam a compreendê-lo, e também fazer projeções sobre o futuro” (p. 126).

Se é preciso articular diferentes temporalidades ao narrar no jornalismo, é preciso pensar também em como realizar este ordenar. Matheus (2011) indica que “o ponto de onde se começa a contar uma história faz toda a diferença para o sentido da história”.

Para o filósofo Paul Ricoeur (1994), o tecer da intriga de uma narrativa combina duas dimensões temporais, uma cronológica e a outra não-cronológica.

A primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história enquanto constituída por acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos em história. Esse ato configurante consiste em “considerar junto” as ações de detalhe ou o que chamamos de os incidentes da história: dessa diversidade de acontecimentos, extrai a unidade de uma totalidade temporal. (RICOEUR, 1994, p. 104).

Na tessitura da intriga narrativa, além da temporalidade, a disposição dos fatos é central. Não se trata de dispor um episódio depois do outro, o que daria à narrativa um caráter inverossímil, mas encadeá-los um *por causa* do outro, compondo uma narrativa verossímil. “Pensar um elo de causalidade, mesmo entre acontecimentos singulares, já é universalizar” (RICOEUR, 1994, p. 70).

Fazemos aqui empréstimo da concepção de Ricoeur (1994) para pensar a narrativa no campo específico do jornalismo seguindo o movimento que têm feito pesquisadores brasileiros que compreender como jornalismo como configurador de narrativas.

Assim, no jornalismo, quem narra um acontecimento decidirá em que ordenamento coordenar o tempo, do mesmo modo em que buscará estabelecer relações causais entre os ocorridos, a diferentes temporalidades. Mas, quando o tema é morrer, observamos que há a escolha também de que mortes devem ser noticiadas.

Para Matheus (2011), “a ideia predominante é que a morte deva ser um processo controlado, regulado pela racionalidade” (2011, p. 56). Dois tipos de mortes então aparecerão nos meios de comunicação, como afirma a partir de Barbosa: a morte natural, desde que se trate de pessoa famosa, ou a morte do cidadão anônimo cuja vida tenha sido interrompida por uma causa externa violenta. É diante dessa morte, afirma, que se constroem os discursos da falta de sentido. “Trata-se da morte como ruptura da ordem e é dessa ruptura que é feita a notícia, tentando dar uma explicação reconfortante. Esse mecanismo combina perfeitamente com a perplexidade diante da perigosa cidade moderna. O que morre é o futuro.” (MATHEUS, 2011, p. 57).

Antunes (2012) destaca que o noticiário em que normalmente identificamos a ocorrência de mortes de cidadãos comuns é focado “nos afetos e nas avaliações das pessoas relacionadas ao morto [...]” (ANTUNES, 2012, p. 50). O autor também aponta que em outros estudos se destacam os modos como, por meio de narrativas verbais e imagéticas, é sugerida ou acentuada uma natureza dramática das ocorrências, tornando mortes comuns em extraordinárias narrativamente.

No caso em análise, temos uma morte de “cidadão comum” alçada a acontecimento com tamanha dramaticidade que consideramos que se torna o que Fernández Pedemonte (2010) chama de “caso midiático comovente”. A comoção pela morte do médico, que leva estranhos a manifestarem seu pesar, não é incomum no jornalismo. De tempos em tempos há casos noticiados que “comovem” o país. Sua potência de ruptura, como acontecimento, nos leva a outro questionamento: o modo de operar do jornalismo ao estruturar sua narrativa sobre crimes e violência em torno de casos individuais de grande potência dramática.

Antunes (2013), ao refletir sobre a morte no jornalismo, critica a lógica nuclear que se apresenta a partir dos critérios de noticiabilidade presentes no imaginário jornalístico e adverte que se gera uma perspectiva de classificação e catalogação a priori, que não dá conta de outras dimensões da produção noticiosa, e que pode ocultar ou desprezar “uma dimensão constitutiva das notícias, o caráter opaco, fugidio, esquivo, impreciso do acontecimento” (ANTUNES, 2013, p. 108).

Em crítica semelhante, Carvalho (2014), afirma que “Quando pensamos na fórmula “o ruim é bom” deixaríamos de noticiar descobertas científicas revolucionárias, queda na inflação, juros mais baixos [...]” (2014, p. 129). O autor enxerga as notícias, quando vistas sob a ótica dos critérios, como “mera realidade quantitativamente mensurável por supostos valores universais”. (2014, p. 129).

3. “Ataques em série”: uma onda de violência no jornalismo

A morte do médico que analisamos neste artigo foi objeto de pelo menos 328 textos entre 2015 e 2018, 188 em Extra, 140 em O Globo. Estes textos compuseram o *corpus* da tese de doutorado em que analiso narrativamente a configuração do acontecimento dos jornais a partir de movimentos propostos por Motta (2013), na análise crítica da narrativa. Neste artigo, selecionamos alguns trechos e propusemos uma reflexão sobre os aspectos temporais.

Em O Globo e Extra, a morte começa a ser configurada como “mais um caso” em um *frame* interpretativo já aberto pelos jornais em textos anteriores, como demarca um título de Extra de 9 de maio de 2015: *Aumento nos assaltos com uso de facas assustou cariocas*. Assim, quando o médico é esfaqueado, o gesto narrativo é associar o caso com a relação já estabelecida. Ao longo da narrativa sobre o tema outros casos de abordagens com faca em assaltos serão a ele relacionados. Os textos noticiosos recebem a cartola de “ataques em série” e há títulos como *Em quatro meses, 167 feridos a faca no Rio* (O Globo). Ou trechos como: “Em meio ao número crescente de ataques com faca, o Ministério Público e a cúpula da segurança no Estado do Rio se reuniram na noite de quinta-feira para discutir os limites da atuação policial na abordagem de jovens nas ru-

as” (SCHMITT, 2015, p. 11). No Extra, o tema também aparece: “A **onda de crimes e insegurança** motivou protestos ontem” (OITO, 2015, p. 23, grifo nosso).

Em ambos os jornais, o caso é engendrado narrativamente como uma onda de violência, que Fernández Pedemonte (2010) considera como um dos tipos de casos midiáticos comoventes. O caso comovente, para o autor, é uma “interrupção” de uma sequência previsível da normalidade e que se constitui quando a representação nos meios de comunicação de determinados acontecimentos faz com que emergja no discurso um conflito estrutural latente, em diálogo com um discurso dominante, dos políticos ou dos próprios meios, que entra em conflito com uma opinião contrária (FERNÁNDEZ PEDEMONTTE, 2010, p. 23).

Nesta articulação narrativa, fica fácil perceber a relação com a política: muito rapidamente, desde o primeiro dia em que o assunto é tema dos jornais, o caso é associado ao debate nacional sobre redução da maioria penal, que está em curso nas duas casas legislativas no Congresso Nacional. E, em seguida, se articula com outros dois projetos de lei, estes de âmbito estadual: um para tipificação do furto e roubo de bicicletas, criando uma estatística específica, e outro para multa por porte de arma branca..

4. Em O Globo, a responsabilização dos jovens, com a demanda por punição

No primeiro texto publicado por O Globo para o caso, ainda não se sabe quem é a vítima do assalto. Mas o que o jornal já aponta é o perfil dos suspeitos. “Testemunhas **não presenciaram o momento exato do assalto, mas viram quando dois bandidos armados com facas fugiram em bicicletas.** Eles teriam tido a cobertura de um terceiro criminoso, que **aparentava ter menos de 18 anos.**” (OUCHANA, 2015, p. 13, grifo nosso). A aposta do jornal se confirma após a notícia da morte do médico: a polícia apreende um jovem em sua casa, após um reconhecimento feito por foto por uma dessas testemunhas. Haverá assim uma relação, em uma série de notícias e textos de opinião, com o debate legislativo nacional, e que fica evidente em trechos como:

Ao G1 Marcia [ex-esposa do médico] **falou sobre o fato de o crime ter reacendido a discussão sobre a redução da maioridade penal, com a qual diz não concordar** (ADEUS, 2015, p. 8, grifo nosso).

“Para Mothé [procurador], **está mais do que na hora de os parlamentares discutirem mudanças urgentes no ECA, bem como o Estatuto do Desarmamento**”. (NA REGIÃO, 2015, p. 14, grifo nosso).

A **suspeita** de que o ataque ao médico Jaime Gold **tenha sido cometido por adolescentes esquentou o já acalorado debate sobre a redução da maioridade penal** e divide opiniões (MAIORIDADE, 2015, p. 14, grifos nossos).

“Em seu perfil no Twitter, [Eduardo] Cunha comentou que **o crime contra o médico Jaime Gold, na Lagoa, na terça-feira passada, é mais uma argumentação de que é preciso também rever a maioridade penal**” (BOTTARI; MENDES, 2015, p. 9, grifo nosso).

Além de aparecer em matérias sobre o caso, o agendamento do tema da redução da maioridade penal também é assumido por O Globo em editorial do dia 22 de maio. Com o título: *Crime reforça pressão por nova maioridade penal*, o posicionamento é enfático em prol da redução ao mesmo tempo em que ataca posições contrárias.

Crimes como a morte do médico Jaime Gold, e outros com o envolvimento de adolescentes, são tragédias anunciadas que **se alimentam na esquizofrênica resistência de parte da sociedade a enxergar uma realidade insustentável** (CRIME, 2015, p. 18, grifo nosso).

Budó e Cappi, no livro *Punir os jovens* (2018), confrontam o discurso político e o midiático para compreender as interações entre eles em 2015, em função das mudanças aprovadas no Parlamento naquele ano. Na análise, os autores percebem que em 2015, à diferença de outros anos, não foram os meios de comunicação que pautaram o debate político sobre a temática. Desta vez, os jornais pautaram-se pela agenda do Congresso. A análise dos autores dedica-se a O Globo, Folha de S. Paulo e Veja. Em O Globo, com este caso do médico, percebem uma tentativa do jornal de criar uma “onda infracional”, que se soma a outros casos.

O fato de que um adolescente de 16 anos tenha sido considerado como suspeito para o caso (em que pese o fato de não haver provas de seu envolvimento) associa imediatamente o caso, já ocorrido, portanto no passado, com o futuro, como busca antecipada de punição para um personagem-tipo personificado pela suspeita do crime: adolescente, negro, morador de favela, com “ficha” criminal. Mas projeta-se ao futuro também na busca de punição para este adolescente em específico. O Globo busca, no passado,

explicação para seu envolvimento com o crime, que recai tanto na pobreza como causa da criminalidade, quanto numa alegada psicopatia e maldade, fórmula conhecida no jornalismo sobre crime:

A transformação da criança pobre em suspeito de um brutal assassinato está registrada em cada folha dos autos de apreensão feitos em suas 15 passagens por delegacias da cidade (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8, grifo nosso).

Ele **não demonstra nenhum sentimento pelo outro ser humano**. O médico recebeu no mínimo quatro golpes. A ação foi sorrateira. (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8, grifo nosso)

A vítima nem teve tempo de seguir à risca o protocolo durante assaltos que todo carioca já decorou: **não reagir**. O médico Jaime Gold foi **esfaqueado pelas costas** quando pedalava na Lagoa, na noite da última terça, e morreu horas depois, deixando, além da revolta pela **covardia**, uma pergunta no ar. O que tem levado bandidos, em diferentes pontos da cidade, a extremos de violência gratuita? (ALVES, 2015, p. 19, grifo nosso).

A busca pelo aumento da punição projetada ao futuro e com aplicação a outros jovens que atuariam seguindo o mesmo *modus operandi* para gerar a onda da criminalidade que os jornais situam aos leitores também encontra eco no legislativa estadual, como narra também O Globo.

O projeto de lei, que sofria resistência da Polícia Civil – já que é preciso incluir o roubo e o furto de bicicleta nos registros de ocorrência nas delegacias – recebeu o apoio do presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB). (...) **Precisamos mudar a legislação estadual para que ela atenda à população** (COSTA; SCHMITT, 2015, p. 10, grifo nosso).

Após mais dois casos de vítimas esfaqueadas ontem no Rio, **a Câmara dos Deputados decidiu desengavetar um projeto de lei, apresentado há 11 anos, que criminaliza o porte de arma branca nas ruas**. Diante do clamor público, que se intensificou com a morte do cardiologista Jaime Gold — (...) (SCHMITT, 2015, p. 11).

Em O Globo, percebemos que embora elementos do passado sejam acionados, temos uma narrativa mais marcadamente projetada ao futuro. Em Extra, considerado um jornal do segmento popular da grande imprensa, outros elementos serão acionados para contar a história dramática.

5. No Extra, a tragédia antes da “tragédia anunciada”

Tanto em O Globo quanto no Extra, uma caracterização comum ao acontecimento é de que se trata de uma “tragédia anunciada”. Mas Extra, que compara o caso às mortes na favela no marco inaugural de sua narrativa sobre o acontecimento, o projeto dramático aposta na compreensão dos antecedentes que teriam levado o principal suspeito ao “mundo do crime” e associa sua história à de outros jovens, por meio de dados. O adolescente é chamado de “X”, para não ser identificado na narrativa dos jornais, em cumprimento com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com 16 anos, acumula 15 passagens pela polícia. A primeira quando tinha 11 anos. O pai, ele só viu duas vezes. A mãe, catadora de latas, foi indiciado por abandoná-lo com fome na rua. A outra **barreira de proteção ao menor também falhou**: ele desistiu dos estudos no 6º ano (...). Na terça-feira, **um inocente pagou com a vida pela sucessão de tragédias** (DUAS, 2015, p. 1, grifos nossos).

A repórter Carolina Heringer encontrou professores de X (...), que o classificaram como rebelde, mas inteligente. Na escola, deixaram de vê-lo quando ele abandonou de vez os estudos, no 6º ano, para virar estatística da evasão escolar. Quase 10% dos alunos do Ciep deixaram os estudos em 2012. X. acabou trocando um futuro para ganhar R\$ 3 mil vendendo as bicicletas que roubava. (ABANDONO, 2015, p. 1)

X. passou a ser só uma letra nas páginas dos jornais e um número em meio a uma estatística perversa: levantamento do Departamento Geral de Ações Sócio Educativas (Degase) referente a 2014 mostra que o adolescente não foge ao padrão de milhares de menores internados em unidades do estado” (SOARES, 2015, p. 22)

Nota-se que, se o jornal se volta ao passado para explicar e justificar a “tragédia antes da tragédia”, com isso ela não exime o adolescente da culpa. Ela reforça, de outra forma, um sentido que está presente também na narrativa de O Globo: a de que a pobreza é causa da criminalidade. Extra acrescenta outro binômio: o de que o abandono leva à infração. Em outros textos, demanda punição do adolescente, enfatizando a maldade na ação:

A Divisão de Homicídios está **convencida** de que um menor de 16 anos, que tem 15 anotações criminais, participou da morte do médico Jaime Gold” (RECONHECIDO, 2015, p.4, grifo nosso).

“Segundo a polícia, Jaime Gold entregou a bicicleta, a carteira com o dinheiro e o telefone celular a dois adolescentes que o renderam. **Mesmo sem es-**

.....
boçar reação, foi assassinado a facadas” (RECONHECIDO, 2015, p. 4, grifo nosso).

“[O adolescente] contou **informalmente** que chegou a roubar seis bicicletas por mês na Lagoa e na orla da Zona Sul do Rio. Cada bicicleta era vendida para receptadores por R\$ 500” (NUNES, 2015e, p. 4, grifo nosso).

Nas matérias em que há o esforço para justificar o rumo tomado pelo adolescente, além do nome fictício X., os textos se referem ao jovem como “rapaz”, “adolescente”, “menino”. Mas nos exemplos acima, em que é ressaltada frieza e maldade, embora termos como “jovem” e “adolescente” também apareçam, a palavra “menor”, excluída do ordenamento jurídico, aparece em evidência, desde o título, e o suspeito também é chamado de “acusado” e, na fala de uma fonte, “elemento”.

6. Descrédito nas investigações

Com uma grande teia de eventos associada ao acontecimento para dotá-lo de sentidos, a narrativa parece se complexificar mais do que os jornais poderiam supor. A aparição de dois novos suspeitos: um que se entrega à polícia e reforça a culpa do suspeito já investigado, a aparição de um terceiro, que inocenta o primeiro e, ainda, a denúncia de coação e ameaça para que um dos suspeitos referendasse a versão da Delegacia de Homicídios trouxeram, como figurou nas capas do Extra, “reviravoltas” ao caso.

Tanto O Globo quanto Extra noticiaram este desenrolar e, a partir da denúncia de fontes como um integrante da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Advogados do Brasil, levantaram dúvidas sobre a condução das investigações. No Extra, que já havia feito um movimento interpretativo de defender que a vida dos adolescente mortos pela polícia deveria ser objeto de comoção assim como a do médico morto no “cartão-postal”, e que depois buscou no abandono do Estado a causa da criminalidade, esse descrédito ganha contornos também de comoção. Assim, o jornal apresentará títulos como: *Menor diz que foi ameaçado por policiais* e *Menor confessa crime que polícia disse ter elucidado*.

Quando o Ministério Público oferece denúncia sobre o caso à justiça, Extra afirma: *MP nega a menor o benefício da dúvida*. Novamente, o jornal deixa bastante

clara sua opinião na manchete, que vem acompanhada do texto: “É regra a Justiça inocular um réu quando faltam provas. Ao pedir a punição de X. com base apenas no depoimento de uma testemunha, a Promotoria referenda a precária investigação da Homicídios” (MP NEGA, 2015, p. 1). A narrativa segue nos dias subsequentes: *Sentença prevista para hoje: mesmo com a decisão judicial, caso tem fios soltos e pontos mal esclarecidos.*

Além de questionar o fechamento policial e judicial para o caso, o jornal passa a advogar de outros modos pela inocência do principal suspeito, e produz elementos fáticos que trará para a narrativa, como laudos e provas. Assim, haverá ainda matérias com os títulos: *Laudo: ataque foi pela frente - necropsia de médico indica luta, diz perito; testemunha afirma que agressão foi por trás.* Depois, o jornal também vai questionar o depoimento da principal testemunha e acusá-la, com a manchete: *O frentista mentiu,* descreditando, com provas, a testemunha que identificou o suspeito.

Por fim, a Justiça acolhe a denúncia do Ministério Público, o primeiro e o terceiro suspeitos que aparecem ao longo do caso são condenados a cumprir medida socioeducativa, como saberemos também pela narrativa dos jornais. Extra ainda fará matérias durante o período de internação, mostrando que o adolescente “X.” não conseguiu o benefício da semiliberdade, mesmo tendo bom comportamento. Três anos depois, em 17 de maio de 2018, Extra publica a matéria *Condenado por morte é libertado*, em que indica que ele, agora com 20 anos, continua sustentando sua inocência no caso.

Neste decorrer, os projetos de lei na Câmara e no Senado para redução da maioridade penal e aumento do tempo de internação em medida socioeducativa foram aprovados e também os dois projetos de lei da Alerj, todos entre junho e julho de 2015.

7. E os meninos da favela?

Quando Extra inaugura sua narrativa sobre o caso da morte do médico, interpela seus leitores para que não esqueçam do adolescente e do jovem mortos pela polícia na favela, numa abordagem policial para apreensão de caça-níqueis. O estudante Gilson e o trabalhador Wanderson foram executados no local em que procuraram abrigo para se

proteger dos disparos feitos de um helicóptero usado na operação policial. O jornal, antes de fazer a comparação, já havia noticiado sobre o caso, nas páginas internas da edição do dia 20 de maio de 2015. O que alçou sua ocorrência à importância de destaque de capa foi o comparativo com a morte do médico. Ao longo dos dias subsequentes, Extra publica mais algumas notícias sobre o caso, mas depois, lentamente, como é corriqueiro no tempo jornalístico, o assunto “esfria” e desaparece de cena, deixando questões em aberto.

O jornal assim, “esquece” aquilo que nos pede para não esquecer. Mas há aí uma certa ruptura, de toda forma. Com as estratégias textuais típicas de um jornalismo mais popular, que se expressa sobretudo pela capa, a circular como um cartaz (ANTUNES, 2013), o jornal dá a ver que a sociedade esquece e que o jornalismo também esquece da morte de meninos negros nas favelas. Nos lembra que aos adolescentes e jovens negros é reservado no jornalismo o lugar de inimigos e não de vítimas, como quem *causa* o crime, na contramão de todas as estatísticas. E com isso subentende o abismo que há entre negros e brancos, entre moradores da periferia e de bairros nobres; entre as vidas que importam e as que não importam. A denúncia e seu posterior esquecimento dá a ver que a própria lógica de constituição das narrativas jornalísticas em torno de casos individuais, de comoções geridas por um recorte de classe, de territorialidade, de cor, reforça, por fim, as concepções das classes dominantes que caracterizam o delinquente como pertencente às classes subalternas (ANIYAR DE CASTRO, 2005). O jornal conta da impossibilidade do jornalismo de narrar sobre isso.

8. Possibilidades narrativas para ir além dos critérios de noticiabilidade

O tempo não é invisível, pois é justo ele que é configurado narrativamente (Ricoeur, 1994). Comum à narrativa e ao acontecimento é sua afetação temporal. As coisas têm temporalidades distintas e ao trazê-las para o presente é necessário fazer conexões com o passado, projetar o futuro, à guisa de compreensão (CARVALHO, 2014; ARQUEMBOURG, 2005).

Os acontecimentos se processam no tempo, e é no relacionar das ocorrências que teremos a conformação de problemáticas que o jornalismo, por se estruturar em torno de casos individuais, terá dificuldades em perceber. O racismo engendrado com o controle social na política de segurança não poderá se fazer visível neste modo de narrar orientado para critérios que têm na excepcionalidade seu principal elemento norteador. Nas narrativas que analisamos, percebemos a articulação de diversos temas, mas, à exceção do movimento feito por Extra na comparação de casos e na fala de algumas fontes, ou na narrativa que demonstra abandono do Estado, os elementos acionados para compor a trama são sempre referentes a um eixo central que é o caso. A saída da singularidade é na generalização da figura do bandido, o que justifica a demanda pela aprovação dos diferentes projetos de lei discutidos naquele momento, ou então o risco, atrelado à classe, à territorialidade e à cor, no diálogo com o público presumido especialmente de O Globo.

Com isso percebemos que o jornalismo, ao eleger como notícia apenas o que rompe com a lógica comum, ou com a normalidade, a partir dos critérios de noticiabilidade, deixa passar as lógicas que alimentam e retroalimentam as engrenagens da injustiça social. Ou, para retomarmos os termos de Antunes (2012), remove aspectos seminais da notícia, como o trabalho da memória ou ainda atividades que se processam em andamento. A normalidade é da ordem dominante. Assim, mesmo que haja muitas semelhanças entre os projetos dramáticos de O Globo e de Extra, o modo como Extra adentra a narrativa, seu gesto interpretativo, somado ao ponto de partida de onde decide contar a história, e a defesa que fará da personagem negra e pobre, permite fissuras para enxergar o que não se lê daquilo que está nos jornais de todos os dias. Abre uma fresta que propõe pensar – e questionar – sobre o próprio jornalismo.

Referências

ABANDONO é comum em Ciep onde X. estudou. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.847, 23 maio 2015, p. 1

ALVES, M. E. Psicopatia e mal social por trás da violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.875, 24 mai. 2015, p. 19

- ANIYAR DE CASTRO. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005
- ANTUNES, E. Notícias depois da morte: visibilidades e ausências no jornalismo. In: MAROCCO, B.; BERGER, C.; HENN, R. (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: diante da morte**. Florianópolis: Insular, v. 3, 2012. p. 49 – 70
- ANTUNES, E. O jornalismo é história malfeita? In: LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. (orgs.). *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 155 – 168
- ANTUNES, E. Noticiabilidade periférica ou quando a morte pergunta pela notícia. In: VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene (orgs.). *Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais*. V. 4. Florianópolis: Insular, 2013. p. 105 – 131
- ARQUEMBOURG, J. Entre facto e sentido: contar o acontecimento. **Trajectos** - Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6. Lisboa: ISCTE, 2005. p. 109 – 112
- BOTTARI, E.; GOULART, G. A escalada da crueldade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 8
- BOTTARI, E.; MENDES, T. Cunha apoia criminalização do porte de arma branca. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.877, 26 mai. 2015, p.9
- BUDÓ, M. N.; CAPPI, R. **Punir os jovens: a centralidade do castigo nos discursos midiáticos e parlamentares sobre o ato infracional**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. 246 p.
- CARVALHO, C. A. O que veio primeiro: o jornal ou o jornalismo? In: LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. (orgs.). *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 121 – 130
- COSTA, A. C.; SCHMITT, G. Alerj votará projeto sobre roubos de bikes. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 10
- CRIME reforça pressão por nova maioria penal. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 18
- DUAS tragédias antes da tragédia: sem família, sem escola. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.846, 22 mai. 2015, p. 1
- FERNÁNDEZ PEDEMONTE, D. **Conmoción pública: los casos mediáticos y sus públicos**. Buenos Aires: La Crujía, 2010.
- HERINGER, C.; NUNES, M. Tragédia anunciada: a 10 quilômetros da Lagoa. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.846, 22 mai. 2015, p. 3
- HERINGER, C. Tragédia que pode ser traduzida em números. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.847, 23 maio 2015, p. 3
- MAIORIDADE penal em discussão. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.872, 21 mai. 2015, p. 14

MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo**: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. 254 p.

MP NEGA a menor o benefício da dúvida. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.874, 19 jun. 2015, p. 1

NA REGIÃO, número de jovens detidos é maior que o de adultos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.872, 21 mai. 2015, p. 14

NUNES, M. Até R\$ 3 mil por mês. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.847, 23 maio 2015e, p. 4

OITO vítimas de ações com facas em uma semana no Rio. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.848, 24 mai. 2015, p. 23

OUCHANA, G. Ciclista é esfaqueado no abdômen por bando que o atacou na Lagoa. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.871, 20 mai. 2015, p. 13

RECONHECIDO e preso. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.846, 22 mai. 2015, p. 4

REVIRAVOLTA. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.858, 03 jun. 2015, p. 1

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. t. 1. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SCHMITT, L. G. Contra os roubos com faca. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.874, 2015, p. 11

SCHMITT, L. G. Contra os roubos com faca. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.874, 2015, p. 11

SÓ NÃO se esqueçam de Gilson e Wanderson. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.845, 21 mai. 2015, p. 1

SOARES, R. Ele não é um número. Mas bem que poderia. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.848, 24 mai. 2015, p. 22